

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# CORPOS DIVERSOS ENQUANTO POSSIBILIDADE DE EXPERIÊNCIA HUMANA: A DANÇA DE JOANA D'ARC E SUA FILHA VITÓRIA

Mayara Amaral dos Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17835>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **CORPOS DIVERSOS ENQUANTO POSSIBILIDADE DE EXPERIÊNCIA HUMANA: A DANÇA DE JOANA D'ARC E SUA FILHA VITÓRIA**

### **DIVERSE BODIES AS A POSSIBILITY OF HUMAN EXPERIENCE: JOANA D'ARC AND HER DAUGHTER VITÓRIA'S DANCE**

**Mayara Amaral dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4693-4610>.

<may.amaral@usp.br>

Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil.

#### **RESUMO**

Este trabalho analisa as experiências de corpos negros, periféricos e com deficiência a partir de uma perspectiva interseccional, tomando gênero, raça, classe, deficiência e território como marcadores sociais da diferença. O objeto da pesquisa foi constituído durante a pandemia de Covid-19, a partir da atuação de uma rede de mulheres ativistas periféricas na Brasilândia, zona norte de São Paulo. Por meio da trajetória de Joana e de sua filha Vitória, pessoa com deficiência, buscamos compreender como as relações de cuidado, parentesco, emoções e solidariedade participam da produção e da experiência do espaço urbano. Argumentamos que ser uma pessoa com deficiência e pobre na periferia produz formas específicas de desigualdade, marcadas não apenas pelas barreiras físicas e institucionais, mas também pela restrição do direito à cidade, pela precarização das redes de cuidado e pela produção social de corpos considerados incapazes ou dependentes. Nesse sentido, compreendemos a deficiência não como uma condição exclusivamente individual ou corporal, mas como uma experiência social constituída na relação entre os sujeitos e uma sociedade organizada a partir de ideais de autonomia, produtividade e capacidade. O trabalho também desloca a discussão para as dimensões afetivas, sexuais e eróticas da experiência da deficiência, interrogando os modos pelos quais pessoas com deficiência são reconhecidas — ou não — como sujeitos desejantes e desejáveis. Ao articular deficiência, raça, gênero, pobreza, cuidado, emoções e território, buscamos evidenciar como corpos historicamente marginalizados não apenas experimentam a cidade, mas também a produzem por meio de suas relações, afetos, redes de parentesco e práticas cotidianas.

**Palavras-chave:** deficiência; interseccionalidade; periferia; cuidado; emoções; cidade.

### **DIVERSE BODIES AS A POSSIBILITY OF HUMAN EXPERIENCE: JOANA D'ARC AND HER DAUGHTER VITÓRIA'S DANCE**

#### **ABSTRACT**

This paper analyzes the experiences of Black, peripheral, and disabled bodies from an intersectional perspective, considering gender, race, class, disability, and territory as social markers of difference. The research object emerged during the COVID-19 pandemic through the activities and relationships established by a network of peripheral women activists in Brasilândia, a working-class neighborhood in the northern region of São Paulo, Brazil. Through the life trajectory of Joana and her daughter Vitória, a disabled woman, we seek to understand how practices of care, kinship, emotions, and solidarity participate in the production and experience of urban space. We argue that being a poor person with a disability in the urban periphery produces specific forms of inequality, shaped not only by physical and institutional barriers, but also by restricted access to the city, the precariousness of care networks, and the social production of bodies perceived as incapable or dependent. Disability is therefore understood not as an exclusively individual or bodily condition, but as a social experience constituted through the relationship between subjects and a society organized around ideals of autonomy, productivity, and ability. The paper also expands the discussion toward the affective, sexual, and erotic dimensions of disability, questioning the ways in which disabled people are recognized—or denied recognition—as desiring and desirable subjects. By articulating disability, race, gender, poverty, care, emotions, and territory, this study seeks to demonstrate how historically marginalized bodies not only experience the city but also actively produce it through their relationships, affects, kinship networks, and everyday practices.

**Keywords:** disability; intersectionality; urban periphery; care; emotions; city.

## INTRODUÇÃO

**“Eu não entendo por que a minha mãe me deixou?”**

**“Eu não sou uma criança. Sou uma mulher adulta de 38 anos.”**

**(Vitória, junho de 2025)**

Este artigo foi realizado mediante exercícios pré-realizados em sala de aula refletindo acerca da deficiência enquanto fato social geral comum a toda sociedade, entretanto a sociedade contemporânea nega o espaço que seria necessário para existência de forma completa da pessoa deficiente no meio social. Para além de aspectos físicos, refletimos sobre o desejo e o sexo para pessoas com deficiência, principalmente sobre o sentir-se desejado e o poder de despertar o desejo, com o clipe da cantora *Viktoria Modesta*, com destaque para sua prótese de perna que era uma bota feita de *swarovski*.

Muitas reflexões se abateram acerca da disciplina, de modo que alguns debates foram polemizados, como por exemplo, o caso de aborto de pessoas com deficiência, a exemplo de pessoas com síndrome de down que podem vir a ter uma vida minimamente confortável caso tenham suporte social. Desta forma, refletimos sobre como a diferença de classe é um fator que complexifica a desigualdade para com pessoas com deficiência. As diferenças e desigualdades de classe não só complexificam a experiência da deficiência (e vice-versa), mas são aspectos mutuamente constitutivos. Ou seja, vive-se a deficiência por meio da classe. Outro debate o qual percorremos foi sobre os marcadores sociais da diferença ou a interseccionalidade, no qual ficou evidente a disputa por poder dentro da academia, não havendo tanta diferença entre os termos.

O que seria o corpo se não um amontoado de saís, água e pele? Algumas com mais melanina, outras que ficam vermelhas com o sol. Corpos que tem bocas que falam, cérebros que pensam, em meio às suas especificidades e diferenças, pensam e sentem. Logo, há sentido em vidas de pessoas com deficiência. Corpos que sentem prazer, independente de sua localização geográfica, ou de sua renda.

Adriana Dias destaca a importância da cidadania para pessoas com deficiência de forma

que estas não estejam apenas vulneráveis ao assistencialismo ou à caridade. Em meu trabalho na Brasilândia, acompanho um grupo de mulheres mães de pessoas com deficiência, entre elas a liderança da Brasilândia do Jardim Guarani, do grupo Joana D'arc<sup>1</sup>, mulher negra, que dança junto com sua filha Vitória (que leva o mesmo nome da cantora Viktoria Modesta), mulher negra de 38 anos com paralisia cerebral.

Joana organiza e coordena uma rede de mulheres com deficiência ou que convivem cotidianamente com pessoas com deficiência. A liderança comunitária organiza a entrega de mais de 100 cestas básicas por mês para pessoas deficientes na Brasilândia. A liderança organiza virtualmente encontros para essas mulheres refletirem sobre suas atuações em rede<sup>2</sup>, o projeto chama-se Vozes Femininas<sup>3</sup>. Segundo Joana D'arc, o projeto acontece periodicamente com reuniões on-line, que escutam mulheres com deficiência e também mulheres que cuidam, em geral essas mulheres não olham para o autocuidado, principalmente as mulheres que cuidam. Essa é uma das questões mais centrais também para os estudos feministas sobre a deficiência. Nesta rede, as mesmas podem falar sobre ter prazer feminino sendo uma pessoa com deficiência, sobre ter uma vida sexual ativa e também como lidar com o próprio corpo, com a sua menstruação, mulheres que sofrem agressões físicas, a ideia é que o projeto seja uma espaço em que as mulheres possam falar sobre o que acontece em suas vidas públicas e privadas, e como as mesmas coisas que acontecem na vida de mulheres sem deficiência, ocorre na vida de mulheres com deficiência.

No ano de 2023, fui convidada para um Sarau no Centro Cultural Jd. Damasceno, no qual a atração principal era Joana em uma performance de dança contemporânea com sua filha Vitória, dentro das possibilidades do corpo de Vitoria, a mesma bailava rolando pelo chão, em alguns tatames. O corpo com deficiência pode expressar-se dentro de suas potencialidades, o meio precisa adaptar-se ao corpo, socialmente, não apenas o corpo adaptar-se ao meio naturalmente. Esta performance também foi executada na Expo Favelas<sup>4</sup>, em 2023. O corpo da

<sup>1</sup> Vídeo de Joana e Vitória. Disponível em: <https://youtu.be/gQkSVGB7t5U?si=2T3gmCyn99WWhs8z>. Acesso em 17/12/2024

<sup>2</sup> O projeto Vozes Femininas surgiu de uma iniciativa da Associação BRASA, e esta Associação, por sua vez, surgiu da Inclusion e Cura AIFO, uma Associação de origem Italiana, o foco dessas associações é cuidar de mulheres e pessoas com deficiência.

<sup>3</sup> Projeto Vozes Femininas. Disponível em: <https://vozesfemininas.org/vozes/2023/05/24/convite-mulheres-do-vozes-promovem-sarau-de-artistas-com-deficiencia/>. Acesso em: 19/12/20

<sup>4</sup> Performance Vitoria e Joana D'arc. Disponível em: <https://youtu.be/CyRLYqN2J1U?si=XbARYuDUmsQouqzO>. Acesso em: 19/12/2024

mãe Joana, como podemos observar na performance, é também uma extensão do corpo de Vitória, o qual em relação ao corpo de Joana é possibilitado executar um maior número de movimentos, em relação a. A cadeira de rodas, poderia ser também uma parte do corpo de Vitória a qual apesar de parecer impossibilitar alguns movimentos, permite que o tronco de Vitória esteja suspenso para que a mesma possa realizar movimentos com a cabeça e os braços. É difícil dizermos a fronteira entre o que pode e não pode um corpo, e, principalmente, porquê. A cadeira impossibilita movimentos, ou possibilita? Ela deveria poder fazer os mesmos movimentos que a mãe? Ou essa suposição seria acreditar na ideia de um corpo médio, um corpo "normal", que todas as pessoas deveriam ter? Podemos observar que a performance do corpo com deficiência é realizada mediante as possibilidades que objetos físicos proporcionam a este corpo, mas que não há limites para esta performance quando pensamos à princípio para além da norma do corpo padrão sem deficiência.

A interlocutora, Vitória, atravessa controvérsias ao pensarmos que para além de pessoa com deficiência, a mesma é também uma mulher negra e periférica, além de ser órfã, e ser adotada por Joana, quando a mesma ainda estava na adolescência, talvez sem o suporte de Joana, Vitória não tivesse alcançado a potencialidade alcançada por seu corpo na dança e para além dela. Tendo em vista o pensamento eugenista e racista, corpos negros eram vistos como deficientes para a sociedade colonizadora, com cérebros menores e incapazes de pensar como destaca Dias em Du Bois. O racismo colonial cunhado no capacitismo.

Dias reflete até mesmo sobre a possibilidade de produção antropológica por corpos deficientes, de antropólogos deficientes que não poderiam acessar o campo por não haver suporte para seus corpos (Lopes, 2022). Ainda para Lopes, as diferenças alicerçam deficiências, de forma que a eugenia, dispositivos de controle da sexualidade, a própria deficiência física, ou mesmo o pauperismo para um contexto do liberalismo, caracterizariam formas de deficiência pensando através de categorias como os marcadores sociais da diferença, ou ainda através da chave da interseccionalidade, poderiam intensificar experiências de forma negativa, como o caso de Vitória que é uma mulher negra, baixa renda, periférica, que vivencia sua deficiência atravessada por outros marcadores que produzem um corpo que acessa menos a cidadania e a autonomia do ser.

Ainda sobre termos libidinais, Vitória é uma mulher negra, que demonstra ter desejos, fala

sobre namorados, ou seja, poderia uma pessoa com deficiência desejar, mais ainda poderia ela ser desejada? Joana destaca sua preocupação com Vitória nesse sentido, enquanto mulher e o exercício de sua sexualidade.

Deste viés analítico, podemos observar que deficiência não é uma exclusividade, mas que todos nós podemos de alguma forma não nos adequar ao meio. Ou seja, podemos precisar de modificações estruturais, ou mesmo emocionais para lidar com o contexto geral apresentado de forma a ter uma melhor performance. No caso de Vitória, por exemplo, sua mãe Joana relata que já teve que ir caminhando com Vitória do bairro da Lapa em São Paulo até o bairro da Brasilândia, Zona Norte, pois os ônibus não paravam ao ver que era uma pessoa com deficiência. Mais uma vez, podemos destacar a cidadania que é negada para pessoas com deficiência, de forma que Vitória também não tinha dinheiro para pedir um Uber. Neste caso, podemos notar a articulação constitutiva entre deficiência e classe, acessibilidade e cidadania.

A deficiência ao longo dos estudos sociológicos, deixou de ser um problema do indivíduo e tornou-se uma questão política e social (DINIZ, 2003). Em um modelo ideal de sociedade, o transporte público, por exemplo, deveria passar por uma maior fiscalização de forma que atendesse todo o público, em especial da periferia, em sua diversidade.

Débora Diniz (2003), destaca que a produção sobre deficiência é também em geral produzida por mulheres, e que esta vinculada a uma produção acadêmica feminista, pois são também essas mulheres, que se não são deficientes, partilham o papel do cuidado de pessoas deficientes, como nomeia Diniz (2003). Para a autora, o cuidado atua como uma relação interdependente para manutenção da vida cotidiana, e defende que haja uma regulação da justiça para com essas relações de poder, para que nossas obrigações morais refletem em nosso sistema político e social.

Desta forma, podemos concluir que o trabalho de cuidado feminino está amplamente conectado ao cuidado de pessoas deficientes, e também como o universo da deficiência está permeado por relações de poder para com corpos que não seguem a norma. Os corpos divergentes são corpos desejantes, e tem sua atuação no mundo a partir das relações com outros corpos que possibilitam suas existências de forma única. Neste caso, apresentamos a relação de conexão e cuidado entre Joana D'arc e sua filha Vitória, como disse Adriana Dias (2020) “isso faz delas também grafos, outras formas de registros da experiência humana, uma forma relacional,

exponencial da multiplicidade.”, ou seja, nós seres humanos existimos em relação, todos os humanos tem a necessidade de afeto, e nem por isso são menos humanos por terem necessidades de se relacionar, precisamos trabalhar nosso espelho da alteridade e ter a capacidade, ou ao menos o esforço de compreender existências diversas que podem, por vezes, complementar nossa própria experiência enquanto humanos.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa tem base etnográfica, entendida como forma de produção de conhecimento situado, construída na relação entre pesquisadora e interlocutoras ao longo do tempo. Iniciada durante a pandemia de Covid-19 — período em que redes comunitárias de mulheres na periferia paulistana se tornaram, paradoxalmente, mais visíveis e mais necessárias diante da insuficiência das respostas estatais —, a investigação acompanhou o grupo liderado por Joana D'arc por meio de observação participante, em encontros presenciais e virtuais, e de conversas informais com Joana, Vitória e outras mulheres da rede.

Optou-se por um desenho metodológico que privilegia a escuta e a convivência prolongada em detrimento de instrumentos estruturados como questionários, por se entender — na esteira da crítica feminista e decolonial à produção de conhecimento antropológico — que essa escolha é também ética e política: recusar o lugar de quem extrai informação de sujeitos objetificados, em favor de uma relação de reciprocidade.

Registra-se, por fim, uma limitação importante: conduzida por pesquisadora sem deficiência, esta pesquisa não pretende falar "por" Vitória, mas seguir o convite de Adriana Dias (2020) para que a produção sobre deficiência se faça em diálogo constante com pessoas com deficiência. Buscou-se também evitar o que a literatura chama de "pornografia da miséria" (ORTNER, 2020) — a exposição do sofrimento alheio como espetáculo —, equilibrando a atenção às condições estruturais de desigualdade com o reconhecimento da agência, criatividade e potência de Joana e Vitória, sem que isso minimize ou romantize as violências efetivamente vividas.

Também utilizamos dos conceitos de fabulação crítica, oralitura e escrevivência, como forma de compreender a vivência negra e favelada a partir da subjetividade de uma mulher deficiente (HARTMAN, 2022; MARTINS, 2021 ; EVARISTO, 2020). Atravessamos estudos da



linguagem, literatura e comunicação, no exercício da transdução dessas escrevivências. Na tentativa da construção de um saber orgânico e não sintético, objetivando a construção de um saber na plantation, um saber poder que emancipe e surja como forma de insurgência entre os desvalidos de poder, até mesmo sobre seus próprios corpos (FOUCAULT, 2014; SIMONDON, 2020; BISPO, 2015; KILOMBA, 2019 ).

Nesta elaboração mobilizamos os conceitos de fabulação crítica, oralitura e escrevivência como dispositivos teórico-metodológicos para compreender as experiências negras e faveladas a partir da subjetividade e da experiência encarnada de uma mulher com deficiência (HARTMAN, 2022; MARTINS, 2021; EVARISTO, 2020). Nesse movimento, a experiência não é tomada como mero objeto de investigação, mas como lugar de produção de conhecimento, memória e elaboração política. A escrevivência, nesse sentido, desloca a escrita de uma posição de representação do outro para uma prática de enunciação na qual corpo, território, memória e experiência se constituem mutuamente (EVARISTO, 2020). Do mesmo modo, a oralitura, ao articular corpo, voz, memória e performance, permite compreender a produção de saberes que não se encontram necessariamente inscritos nos regimes hegemônicos da escrita, mas que permanecem vivos nas práticas corporais, nas narrativas e nas experiências coletivas (MARTINS, 2021).

A fabulação crítica, por sua vez, permite tensionar os limites impostos pelos arquivos coloniais e pelas formas tradicionais de produção do conhecimento, criando possibilidades de narrar aquilo que foi silenciado, apagado ou produzido como ausência (HARTMAN, 2022). Não se trata, portanto, de substituir a história pela ficção, mas de interrogar criticamente os vazios, silêncios e violências presentes nos arquivos e produzir, a partir deles, outras possibilidades de existência e narratividade. É nesse espaço entre arquivo, memória, experiência e imaginação que situamos as escrevivências produzidas no território da favela.

Atravessamos, assim, os campos da linguagem, da literatura, da antropologia e da comunicação, compreendendo a pesquisa como um exercício de deslocamento entre diferentes regimes de conhecimento e diferentes formas de expressão. Nesse processo, recorreremos à noção de transdução, em Gilbert Simondon (2020), para pensar a passagem e a transformação de uma forma em outra, compreendendo que o conhecimento não é simplesmente transportado de um campo para outro, mas se transforma no próprio processo de relação (SIMONDON, 2020). As

escrevivências, portanto, não são apenas traduzidas para a linguagem acadêmica: elas provocam a própria linguagem acadêmica, fazendo emergir outras formas de narrar, conhecer e produzir pensamento.

Essa perspectiva nos permite questionar a ideia de um conhecimento neutro, universal e desvinculado dos corpos e dos territórios que o produzem. Em Foucault (2014), saber e poder constituem uma relação inseparável: os regimes de verdade são produzidos historicamente e participam da organização dos corpos, das condutas e das possibilidades de existência (FOUCAULT, 2014). Assim, mais do que pensar um “saber-poder” como instrumento automaticamente emancipatório, interessa-nos compreender quais corpos podem produzir conhecimento, quais saberes são reconhecidos como legítimos e quais são historicamente desqualificados, silenciados ou tornados invisíveis.

É nesse ponto que estabelecemos um diálogo com Antônio Bispo dos Santos (2015), cuja crítica à colonialidade permite deslocar a centralidade dos modos hegemônicos de produção do conhecimento e reconhecer outras formas de existência, organização e relação com o território (BISPO, 2015). O que denominamos aqui de saber orgânico aproxima-se, portanto, de uma produção de conhecimento que não se encontra separada da vida, do território, da comunidade e das experiências concretas daqueles que o produzem. Trata-se de um saber que emerge da experiência e retorna a ela, produzindo não apenas interpretação, mas possibilidade de transformação.

A noção de plantation, mobilizada por Grada Kilomba (2019), também nos permite compreender que determinados corpos são historicamente posicionados em relações de subalternização, sendo produzidos como objetos de conhecimento, controle e representação (KILOMBA, 2019). Ao colocar em cena a experiência de uma mulher negra, favelada e com deficiência, buscamos deslocar esse lugar de objeto para o de sujeito produtor de conhecimento, interrogando as estruturas que historicamente produziram determinados corpos como desprovidos de autoridade sobre suas próprias narrativas, territórios e experiências.

Desse modo, a construção de um saber situado na plantation não significa reproduzir a lógica colonial que a constitui, mas partir criticamente de suas marcas para produzir outras formas de conhecimento e existência. A plantation aparece, nesse sentido, como memória

material e simbólica da violência colonial, mas também como campo a partir do qual emergem estratégias de sobrevivência, criação e insurgência. A produção de conhecimento torna-se, assim, uma prática de disputa pelos regimes de verdade e pelos modos de existência.

É nesse entrelaçamento entre escrevivência, oralitura, fabulação crítica, transdução e crítica ao poder que buscamos construir um saber que não seja sintético no sentido de reduzir a experiência a categorias previamente estabelecidas, mas que permaneça implicado com os corpos e territórios que o produzem. Um saber que nasce da experiência negra e favelada, atravessada pela deficiência, e que pode operar como prática de insurgência epistemológica, permitindo que sujeitos historicamente colocados na condição de “desvalidos de poder” produzam conhecimento sobre si, sobre seus territórios e sobre os próprios dispositivos que procuram governar seus corpos (FOUCAULT, 2014; KILOMBA, 2019; BISPO, 2015; HARTMAN, 2022; EVARISTO, 2020; MARTINS, 2021).

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Trauma, abandono e parentesco eletivo: a adoção como reparação afetiva**

O abandono de Vitória pelos pais biológicos atravessa sua história e não pode ser lido como episódio meramente individual, mas situado no cruzamento entre deficiência, pobreza e racismo que estrutura, no Brasil, a distribuição desigual do cuidado: crianças com deficiência, sobretudo pobres e negras, são mais vulneráveis ao abandono quando faltam suporte social, econômico e emocional às famílias — sintoma, como já apontava Débora Diniz (2003), de ausência estrutural de políticas de apoio à parentalidade, e não falha moral estritamente individual. Ao mesmo tempo, como observa Sara Ahmed (2004), os afetos, por mais íntimos que pareçam, são social e historicamente mediados: a dor de Vitória carrega o rastro de histórias mais amplas de exclusão de corpos negros e deficientes do direito à família e ao cuidado.

Foi nesse contexto que Joana adotou Vitória ainda na adolescência — gesto que não deve ser lido como caridade individual, mas como produção de um parentesco eletivo, construído fora do laço biológico e não menos legítimo por isso, como já problematiza a antropologia do parentesco ao evidenciar que os vínculos familiares são sempre, em alguma medida, cultivados

por práticas cotidianas de cuidado. Isso não significa que a adoção tenha "resolvido" o trauma: seguindo Cheryl Mattingly (2014), pode-se pensar o cotidiano de mãe e filha como um "laboratório moral", espaço de esforço contínuo diante das incertezas de construir uma vida boa em condições adversas, sem garantias ou finais fechados. O trauma permanece, mas coexiste com um horizonte aberto pelo cuidado, pela dança e pela rede de mulheres — o que Sherry Ortner (2020) descreve como necessidade de manter em diálogo a "antropologia sombria", atenta às violências estruturais, e as "antropologias do bem", voltadas ao florescimento e à ética cotidiana."

### **A cidade que exclui: pobreza, capacitismo e as geografias afetivas da periferia**

A trajetória de Vitória é indissociável da Brasilândia, periferia marcada pela ausência de infraestrutura urbana básica. O episódio da caminhada da Lapa até a Brasilândia — motivada pela recusa dos ônibus e pela falta de dinheiro para transporte por aplicativo — não é exceção, mas expressão recorrente de uma cidade não planejada para a diversidade de corpos que nela vivem. Cada trajeto de Vitória é um cálculo de risco: ruas sem calçadas, ou com calçadas estreitas e esburacadas, tornam-se praticamente intransponíveis para uma cadeira de rodas, configurando o que a literatura sobre deficiência e cidade nomeia capacitismo estrutural — um regime de organização do espaço que projeta, ainda que implicitamente, um corpo-padrão não deficiente e com renda suficiente para pagar transporte particular.

Essa ausência de infraestrutura acessível não pode ser separada da pobreza e da segregação racial que caracterizam a distribuição desigual dos investimentos urbanos, dialogando com a tradição que pensa o "direito à cidade" (LEFEBVRE, 2001) como direito de produzir a cidade a partir das próprias necessidades de quem nela vive — direito sistematicamente negado a Vitória. A noção de espaços afetivos proposta por Yael Navaro-Yashin (2009), para quem ambientes materiais participam ativamente da produção de afetos, permite ler a calçada quebrada e o ônibus que não para não como obstáculos neutros, mas como produtores cotidianos de exaustão, humilhação, medo e raiva. Trata-se de expressão concreta daquilo que Sherry Ortner (2020) descreve, sob outro contexto, como o encolhimento das funções sociais do Estado sob o neoliberalismo — processo que, no Brasil, se combina a uma história ainda mais longa de desigualdade racial e territorial.

## **Dança, quebra e a estética da resistência**

Se a cidade impõe a Vitória uma experiência cotidiana de obstáculo, é no gesto da dança ao lado de Joana que ela constrói uma resistência que não nega essa dureza, mas a atravessa esteticamente. A reflexão de Fred Moten (2024) sobre a "quebra" como categoria central da tradição estética radical negra é produtiva aqui: performance, música e dança negras constituem-se, historicamente, como um "lirismo do excedente" que rompe as formas estabelecidas, produzindo sentido no corte, na ruptura, naquilo que escapa à captura pelas categorias dominantes — sejam elas de mercado ou estéticas ocidentais que definem a priori o que conta como corpo "capaz".

A dança de Vitória — corpo suspenso pela cadeira ou pelo colo de Joana, tronco livre para movimentos de cabeça e braços, deslocamento pelo chão em vez da posição ereta esperada — pode ser lida como quebra semelhante: ruptura com a coreografia normativa do corpo "capaz" que não empobrece, mas multiplica as possibilidades do que um corpo pode fazer. A cadeira de rodas deixa de ser lida apenas como limitação e passa a integrar um corpo-conjunto que inclui também o tatame, o colo e os braços de Joana. Essa aproximação não pretende estetizar as dificuldades reais discutidas na seção anterior: seguindo o alerta de Ortner (2020) sobre os riscos de uma antropologia do bem que ignore as condições estruturais, entende-se a performance como prática situada dentro dessas condições, e não como superação romântica delas. A dança não devolve a Vitória o tempo perdido nas caminhadas forçadas, mas oferece, no presente da cena, o reconhecimento de seu corpo como corpo virtuoso, que produz beleza a partir de sua própria configuração singular.

## **Redes de cuidado: cestas básicas, escuta e a ética do cuidado entre mulheres**

A liderança de Joana revela outra face da resposta coletiva à desigualdade: a organização de redes de cuidado material e afetivo entre mulheres. A distribuição mensal de mais de cem cestas básicas e os encontros do projeto Vozes Femininas não devem ser lidos apenas como generosidade individual, mas como parte de um fenômeno mais amplo já identificado pela literatura feminista sobre deficiência — a produção do cuidado como trabalho predominantemente feminino, invisibilizado e não remunerado, porém central à manutenção da vida cotidiana (DINIZ, 2003). Para Joan Tronto (1993), o cuidado deve ser compreendido não

como atributo moral individual, mas como atividade política que estrutura relações de poder entre quem cuida e quem é cuidado. Ao organizar cestas e criar um espaço coletivo de escuta, Joana produz uma politização do cuidado que sai da esfera doméstica para tornar-se ação comunitária.

O projeto Vozes Femininas, ao permitir que mulheres com deficiência e cuidadoras falem sobre prazer sexual, menstruação, violência e o cansaço de cuidar, constrói o que Cheryl Mattingly (2014) chamaria de espaço de narrativa ética compartilhada: lugar onde a experiência de dificuldade e esforço moral é verbalizada, escutada e transformada em conhecimento coletivo. Trata-se, na leitura de Sherry Ortner (2020), de uma resposta criativa ao abandono neoliberal — articulação entre a "antropologia sombria", atenta à precariedade estrutural que torna necessária a rede, e as "antropologias do bem", atentas às formas de solidariedade que essas mesmas condições, paradoxalmente, também produzem.

A partir de Rosa (2016) e Ndikung (2025), o cuidado pode ser pensado não como uma prática meramente assistencial ou como resposta àquilo que falta ao sujeito, mas como uma dimensão política da produção da vida. No caso de Vitória, essa perspectiva permite deslocar o olhar sobre a deficiência: cuidar não significa infantilizá-la, falar por ela ou reduzir sua existência à dependência, mas criar condições para que ela possa exercer autonomia, desejo e participação social. Em Rosa (2016), a perspectiva antimanicomial compreende o cuidado como parte de um projeto de transformação social, questionando instituições e práticas que produzem segregação e retiram dos sujeitos a possibilidade de decidir sobre suas próprias vidas. Essa dimensão é particularmente importante quando pensamos no caso de Vitória, cuja trajetória evidencia que a deficiência não está somente em seu corpo, mas também nas barreiras sociais, arquitetônicas e relacionais que limitam sua circulação e sua autonomia. Em diálogo com Ndikung (2025), por sua vez, podemos compreender as “artimanhas do cuidado” como formas de criação de condições de existência que não se confundem com tutela: o cuidado pode ser inventivo, coletivo e capaz de produzir outros mundos. A relação entre Vitória e sua mãe Joana é, nesse sentido, marcada pela interdependência: Joana cuida de Vitória, mas também aprende com ela e constrói, junto dela, estratégias de circulação, participação e expressão. A rede de mulheres periféricas amplia ainda mais essa dimensão, transformando o cuidado em prática coletiva e política. Assim, a cadeira de rodas motorizada conquistada por Vitória aos 38 anos não representa apenas uma tecnologia assistiva, mas uma conquista de autonomia produzida por uma rede de relações, lutas e cuidados.

Cuidar de Vitória, portanto, não significa protegê-la da vida, mas produzir condições para que ela possa viver uma vida própria, inclusive podendo desejar, dançar, circular, amar, exercer sua sexualidade e imaginar futuros que ainda não existem.

### **Desejo, sexualidade e os afetos do corpo com deficiência**

Retoma-se aqui a questão inaugural deste trabalho: a possibilidade de pessoas com deficiência serem reconhecidas como sujeitos de desejo — desejantes e desejáveis. Vitória demonstra vida afetiva ativa e Joana relata sua preocupação, como mãe, com o exercício da sexualidade da filha — preocupação que não deve ser lida como superproteção, mas como expressão da tensão constitutiva entre cuidado e autonomia presente em toda relação de cuidado, sobretudo quando a sociedade nega sistematicamente que corpos com deficiência sejam vistos como corpos eróticos. A literatura feminista sobre deficiência insiste: a dessexualização de pessoas com deficiência não é efeito natural da condição corporal, mas produção social sustentada por representações que associam deficiência à infantilização e à ausência de agência erótica. Reconhecer o desejo de Vitória é, portanto, gesto político — no mesmo sentido do gesto estético de Viktoria Modesta, que transforma a prótese em objeto de desejo, e não em marca de falta.

Pensar o gozo de mulheres negras exige deslocar a gramática pela qual seus corpos foram historicamente interpretados: se a mulher negra e periférica é narrada pela falta — de recursos, de mobilidade, de reconhecimento —, o gozo introduz uma ruptura nessa economia da ausência, perguntando por aquilo que excede a sobrevivência. A cosmologia Bantu-Kongo de Bunseki Fu-Kiau, na tradução e leitura de Tiganá Santana, oferece uma chave para pensar o corpo de outro modo: o Dikenga dia Kongo apresenta a existência como movimento e transformação, o que permite pensar o gozo não como acontecimento meramente sexual, mas como suspensão momentânea das exigências que organizam o corpo — uma "pequena morte" no sentido de interrupção provisória da obrigação de controlar, produzir e sobreviver, e não de desaparecimento do sujeito. Essa formulação é proposta aqui como categoria analítica situada, em diálogo com a cosmologia Kongo, sem atribuir a Fu-Kiau ou a Tiganá Santana uma equivalência literal entre orgasmo e pequena morte. Mas ao adormecer, ao renovar-se, ao que permite a

transformação no horizonte, como o orixá Oxumaré, o arco-íris, a grande cobra amarela, metade homem, metade mulher. A possibilidade. O entre.

Essa dimensão ganha relevo particular quando pensamos em mulheres negras com deficiência, corpos duplamente afastados da possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos do desejo — associados ao trabalho e ao cuidado, de um lado, e à dependência e à incapacidade, de outro. O gozo adquire, assim, dimensão política: não porque todo prazer seja automaticamente resistência, mas porque reconhecer uma mulher negra, pobre, periférica e com deficiência como sujeito desejante rompe com uma longa tradição de representação que a reduz à carência. Documentação sobre o Egito antigo — em especial a associação da deusa Hathor ao amor, à música, à dança e à sexualidade — permite, com as devidas cautelas históricas, ampliar essa crítica ao modo moderno de separar corpo, prazer e existência, sem projetar sobre Kemet uma imagem idealizada de "África", já que também ali coexistiam prazer e normas de controle de gênero.

Aplicada a Vitória, essa reflexão desloca a pergunta social recorrente — do que ela precisa, quem cuida dela, o que ela consegue fazer — para outra, raramente feita: o que ela deseja? A cadeira de rodas, a presença de Joana e os objetos que atravessam seu corpo não precisam ser lidos apenas como limitação, mas, como na dança, como parte da produção de possibilidades de prazer a partir das próprias condições materiais. Isso implica pensar a autonomia através da interdependência: precisar de outra pessoa para determinados movimentos, ou para alcançar prazer, não torna o desejo menos seu. As imagens que Vitória produz por inteligência artificial — no mar, sem a cadeira, ou ao lado de uma filha sem existência material — podem ser lidas, nesse sentido, como um gozo imaginativo: um intervalo entre o corpo que existe e o corpo que pode ser fabulado, no qual, por instantes, a identidade social não ocupa todo o campo da experiência. A acessibilidade, conclui-se, não diz respeito apenas à entrada em edifícios ou ao transporte público: existe também uma acessibilidade do desejo.

### **O trauma colonial inscrito no corpo: Vitória, Grada Kilomba e a cadeira motorizada**

Em Grada Kilomba (2019), o trauma colonial não é apenas experiência psíquica localizada no passado: o colonialismo continua produzindo efeitos no presente através de relações sociais e formas de silenciamento que organizam a experiência de pessoas negras. O corpo de Vitória pode ser pensado como um corpo sobre o qual diferentes camadas de violência histórica e



contemporânea se depositam — não porque a deficiência se some simplesmente à raça, à pobreza e ao gênero, mas porque é vivida através dessas relações.

O fato de Vitória ter conquistado sua primeira cadeira de rodas motorizada apenas aos 38 anos torna essa discussão concreta: o equipamento materializa uma disputa pelo direito de circulação e, em última instância, pelo direito de existir na cidade com autonomia. A ausência prolongada do recurso não é falta individual, mas revela distribuição desigual de tecnologias e possibilidades de movimento — a materialidade da deficiência encontrando a materialidade da desigualdade racial e de classe. A cadeira motorizada pode ser compreendida como tecnologia de cidadania, que amplia o raio de circulação antes dependente do esforço físico, da presença de terceiros ou de uma infraestrutura insuficiente — sem que isso signifique que ela "liberte" Vitória de sua deficiência.

Quando colonialismo e capacitismo se encontram, produz-se um corpo duplamente afastado do ideal de sujeito universal. O trauma, contudo, não nasce apenas de ser negro: manifesta-se em experiências concretas — o abandono materno, as dificuldades de circulação, a demora em acessar tecnologias assistivas, a experiência de ser reconhecida antes como pessoa com deficiência do que como mulher. A relação com Joana mostra, por outro lado, que o cuidado pode produzir pertencimento para além da filiação biológica. Propõe-se, assim, inverter a pergunta clássica sobre deficiência: em vez de "o que Vitória consegue fazer?", perguntar "o que a cidade permitiu que Vitória pudesse fazer?" — deslocando a capacidade do corpo individual para a relação entre corpo, infraestrutura, tecnologia, classe, raça e território. O trauma pousa sobre o corpo, mas é produzido nas relações; e a cadeira motorizada aos 38 anos registra, simultaneamente, uma história de atraso e uma transformação na relação entre corpo e cidade.

### **"Eu não sou criança": infantilização, ética e o direito à adultidade"**

Uma das falas mais significativas de Vitória durante a pesquisa afirma algo aparentemente simples, mas de profundas consequências: ela não é criança. A afirmação nomeia uma experiência recorrente entre pessoas com deficiência — a infantilização de seus corpos e vidas, através de práticas como falar mais devagar, usar diminutivos, decidir por elas ou dirigir-se ao cuidador em vez de dirigir-se diretamente a elas. A contribuição de Didier Fassin (2011) sobre a razão humanitária ajuda a formular o problema: o sofrimento produz efeitos morais que reconhecem

certas vidas pela vulnerabilidade e pela necessidade de proteção, correndo o risco de tornar esse reconhecimento a única forma pela qual a vida adquire valor social — o que, no campo da deficiência, faz da autonomia algo secundário ao corpo-objeto-de-proteção.

A fala "eu não sou criança" pode ser tomada como intervenção epistemológica: desloca a pesquisadora de uma posição que interpreta a experiência "sobre" Vitória para uma posição que constrói conhecimento "com" ela. A infantilização torna-se ainda mais complexa na intersecção entre deficiência, gênero, raça e classe, já que tanto a negritude quanto a deficiência podem ser mobilizadas para produzir posições de menor autoridade. A frase reivindica, assim, o que se pode chamar de direito à adultidade — o direito de possuir desejos, tomar decisões e produzir interpretações sobre a própria existência —, e relaciona-se diretamente à dessexualização discutida anteriormente: se Vitória é colocada em posição infantil, sua sexualidade torna-se quase impossível de ser reconhecida socialmente.

Essa distinção também qualifica a relação entre Vitória e Joana: o exercício de funções de cuidado por parte de Joana não faz de Vitória menos sujeito, e a dependência de determinados apoios não elimina a possibilidade de escolha ou desejo. A ética da pesquisa, nesse sentido, não consiste em proteger Vitória de sua própria narrativa, mas em criar condições para que ela possa narrar, discordar e produzir versões de si — inclusive através das imagens de inteligência artificial em que aparece sem a cadeira de rodas ou ao lado de uma filha inexistente, que não devem ser classificadas de antemão como fantasia, mas compreendidas a partir de seus próprios significados. Reconhecer a humanidade plena da interlocutora significa reconhecer também sua capacidade de produzir contradições — chorar pela mãe e criticá-la, desejar uma filha sem tê-la, imaginar-se sem a cadeira e continuar vivendo com ela —, contradições que não precisam ser corrigidas pela pesquisa, pois constituem a própria experiência humana.

### **Linguagem, multimodalidade e a comunicação entre Vitória e Joana**

Sob a ótica da Linguística Aplicada, a comunicação entre Vitória e Joana ilustra o caráter multimodal, dialógico e relacional da linguagem, compreendida não como sistema abstrato de regras nem apenas como fala verbal, mas como prática social corporificada e situada. Vitória utiliza um arranjo semiótico próprio e refinado: o olhar, que estabelece tópicos e turnos de fala; a gesticulação monomanual, que funciona como recurso dêitico e icônico, ganhando precisão

justamente pela limitação a uma única mão; e a vocalização prosódica, cujos contornos entonacionais transmitem estados afetivos e intenções comunicativas.

Joana não é tradutora mecânica, mas mediadora internacional e coautora do discurso: oferece andamento verbal àquilo que Vitória expressa corporalmente, valida-a como sujeito enunciador pleno e realiza uma sintonização interafetiva possível apenas pelo histórico compartilhado de interações entre ambas. Na análise da conversa, observa-se que o turno de fala não pertence a um único indivíduo: a comunicação ocorre no espaço entre as duas, com Vitória iniciando a enunciação pelo corpo e pelos sons, e Joana concluindo o turno na modalidade verbal oral, o que permite que terceiros também participem da troca.

O conceito de competência comunicativa (HYMES, 1972) desconstrói a associação, ainda comum, entre ausência de fala verbal e ausência de linguagem: Vitória possui alta competência comunicativa porque sabe como, quando e com quem se comunicar. A noção de linguagem, de Alastair Pennycook (2018), reforça que a linguagem não é algo que a pessoa tem, mas algo que faz no mundo — e Vitória "linguaja" com o corpo, a mão, o olhar e a voz. A presença de Joana como mediadora não anula essa agência; ao contrário, viabiliza a participação social de Vitória e reafirma que a comunicação humana é, em essência, construção coletiva, afetiva e diversificada. Ou seja, não é telepatia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se aprofundar a trajetória de Joana e Vitória a partir de eixos profundamente interligados: os marcadores interseccionais da diferença; o trauma do abandono e sua reparação parcial pelo parentesco eletivo da adoção; a exclusão material produzida pela cidade; a resistência estética da dança, lida a partir da "quebra" de Fred Moten (2024); as redes de cuidado organizadas por Joana; o desejo e o gozo como categorias políticas; o trauma colonial inscrito no corpo e a conquista tardia da cadeira motorizada; e a infantilização enfrentada por Vitória, contraposta à reivindicação do direito à adultidade e à sua plena competência comunicativa.

Esses eixos evidenciam o que se procurou sustentar desde a introdução: a deficiência não pode ser compreendida como condição isolada, estritamente corporal, mas como experiência social e relacional, produzida na articulação entre corpo, raça, classe, gênero e território. Ser

mulher negra, pobre, periférica e com deficiência significa vivenciar formas específicas e intensificadas de desigualdade — na cidade que exclui, no Estado que abandona, na norma que dessexualiza e infantiliza —, mas significa também construir formas singulares de resistência, cuidado, prazer e beleza, que não apagam essas desigualdades, mas produzem, apesar delas e através delas, outras possibilidades de vida.

Retoma-se, para encerrar, a imagem de Adriana Dias (2020): corpos como os de Joana e Vitória são também "grafos", outras formas de registro da experiência humana, relacionais e exponenciais em sua multiplicidade. Se a "quebra" da norma corporal, social e afetiva não é falta, mas abertura — lugar de onde emerge uma universalidade genuína, construída a partir da particularidade radical de corpos historicamente subalternizados —, a trajetória de Joana e Vitória ensina que a experiência humana não se define pela adequação a um padrão único de capacidade ou produtividade, mas pela multiplicidade de formas através das quais corpos diversos se relacionam, se cuidam, se afetam, se comunicam e se expressam no mundo. Reconhecer essa multiplicidade — e trabalhar, como sugere Dias (2020), o próprio "espelho da alteridade" — é talvez a tarefa mais urgente de uma antropologia que pretenda dar conta da diversidade da experiência humana em toda a sua complexidade.

## **MATERIAIS SUPLEMENTARES**

### **Declaração sobre o uso de Inteligência Artificial**

Durante a elaboração deste manuscrito, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial generativa como recurso auxiliar para revisão linguística, aprimoramento da redação, tradução e organização textual. A utilização dessas ferramentas esteve restrita ao apoio à escrita e à edição do texto, não sendo empregada para substituir a análise, a interpretação dos dados, a construção dos argumentos ou as decisões teórico-metodológicas da pesquisa.

A autoria, a responsabilidade pelo conteúdo, pela interpretação dos resultados, pelas referências bibliográficas e pelas conclusões apresentadas neste manuscrito são integralmente dos(as) autores(as). Todo o conteúdo produzido ou revisado com auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial foi posteriormente analisado, revisado e validado pelos(as) autores(as), que assumem responsabilidade integral pela versão final do manuscrito.

As ferramentas de Inteligência Artificial utilizadas não são consideradas autoras deste trabalho.

### **Declaração de aprovação pelo Comitê de Ética**

Esta pesquisa foi realizada em conformidade com os princípios éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos e foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, tendo sido aprovada sob supervisão do departamento de antropologia. Todas as pessoas participantes foram informadas sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e participaram mediante consentimento livre e esclarecido, conforme as normas éticas vigentes. Foram assegurados o direito à participação voluntária, à recusa ou desistência em qualquer etapa da pesquisa, bem como a confidencialidade das informações e o respeito à dignidade, à autonomia e à integridade das participantes.

## REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.,

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.",

DIAS, Adriana. Pensar a deficiência, algumas notas, e se me permitem um convite. In: ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia Elisa; NASCIMENTO, Pedro Guedes (orgs.). *Desigualdades e políticas da ciência*. Florianópolis: Casa Verde, 2020. pp. 163-200.",

DINIZ, Débora. O modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, 28, Brasília: Letras Livres, p. 1-8, julho, 2003.",

FASSIN, Didier. *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Berkeley: University of California Press, 2011.",

FU-KIAU, Kimbwandende Bunseki. *O livro africano sem título: cosmologias dos bantu-kongo*. Trad. Tiganá Santana. São Paulo: Cobogó, 2021.",

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. Fósforo Editora, 2022.

HYMES, Dell. On Communicative Competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (orgs.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1972.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.",

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge, 2006.",

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.",

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. *Horizontes Antropológicos*, v. 28, p. 297-330, 2022.

MATTINGLY, Cheryl. *Moral Laboratories: Family Peril and the Struggle for a Good Life*. Berkeley: University of California Press, 2014.",

MATTINGLY, Cheryl; THROOP, Jason. The Anthropology of Ethics and Morality. *Annual Review of Anthropology*, v. 47, p. 475-492, 2018.",

MOTEN, Fred. Na quebra: a estética da tradição radical preta. Trad. coord. Matheus Araujo dos Santos. São Paulo: Crocodilo, 2024.",

NAVARO-YASHIN, Yael. Affective spaces, melancholic objects: ruination and the production of anthropological knowledge. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2009.",

Ndikung, Bonaventure Soh Bejeng. AS ARTIMANHAS DO CUIDADO. 2025

ORTNER, Sherry B. A antropologia sombria e seus outros: teoria desde os anos oitenta. Trad. Jainara Oliveira; Chiara Albino. *Sociabilidades Urbanas — Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 4, n. 11, p. 27-50, jul. 2020.",

PENNYCOOK, Alastair. *Posthumanist Applied Linguistics*. London: Routledge, 2018.",

ROSA, E. Z. Por uma reforma psiquiátrica antimanicomial: o papel estratégico da Atenção Básica para um projeto de transformação social. PUC – SP. São Paulo, 2016

TRONTO, Joan. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. New York: Routledge, 1993.",

WHITE, Daniel; DE ANTONI, Andrea. Affect. In: NIEBER, Hanna (org.). *The Open Encyclopedia of Anthropology*, 2025."

## **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## **FINANCIAMENTO:**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:**

Este artigo compõe a pesquisa de doutoramento em Antropologia Social “Escrivências de Mulheres negra na Brasilândia, periferia de São Paulo.”

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

## **MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER**

Mayara Amaral dos Santos é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, seus interesses são novas epistemologias, estética e performance.





Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.